

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS  
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2010

VOLUME I



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED  
SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO – SUED  
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DPPE  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - CAMPUS DE CAMPO MOURÃO**

**“IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA JUVENIL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E  
O PAPEL DA ESCOLA”.**

**JOSEVAL BASILIO PELISSER**

Artigo Final apresentado à Universidade Estadual de Campo Mourão Campus de Campo Mourão – UNESPAR e à Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, como requisito para conclusão da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, sob orientação da Professora Doutoranda Evaldina Rodrigues.

**CAMPO MOURÃO**

**2012**

## IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA JUVENIL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E O PAPEL DA ESCOLA.

A escola não é uma instituição que está preservada da violência. Ainda que não se verifiquem manifestações com iguais intensidades e consequências como as que ocorrem na sociedade em geral, a violência se faz presente no meio escolar trazendo problemas que vitimam não apenas os sujeitos envolvidos, mas o processo educacional como um todo e também o conjunto das relações sociais.

Como local privilegiado para ações que conduzam a construção efetiva da cidadania, a escola pode e deve desenvolver um processo que discuta e se insurja contra tais manifestações da violência, na medida em que se constitua e se construa como possuidora de responsabilidade social ampliada perante aqueles que nela buscam uma condição de acesso à plena cidadania.

### EM QUE MEDIDA A VIOLÊNCIA OCORRE NO CONTEXTO ESCOLAR?

Relacionado especificamente à violência escolar, apesar de haver um intenso debate público em torno da temática e de sua relação com os segmentos juvenis, quer como protagonistas, quer como vítimas, e das suas relações com o ambiente escolar, não há um programa nacional de investigações sobre a temática proposto pelo Poder Público através de suas agências de fomento à pesquisa e Universidades.

Objetivamente não existem dados que deem conta de quantificar em que medida atos considerados violentos ocorrem nas escolas. Há também autores que tratam do assunto como Schilling (2005) que tomou por base uma intervenção realizada na cidade de São Paulo divulgada na publicação “**Sociedade da insegurança e violência na escola**”, que afirma haver muita imprecisão ao descrever os tipos de violência que permeiam o cotidiano escolar, bem como desconhecimento sobre o histórico das comunidades escolares em que a violência escolar era manifesta. De acordo com a autora, existe certa confusão em diferenciar “violência da comunidade”

e “violência na escola” , justificando que “há escolas em territórios violentos, não violentas” .

Para Schilling (2005) o mais grave é que além do problema específico da violência, há por parte da escola uma ausência total de clareza sobre os papéis desempenhados pelos integrantes da comunidade escolar (diretores, coordenadores, professores, alunos e pais) um estado confusional em construir um lugar de autoridade, passando pela dificuldade em estabelecer as competências e atribuições de cada um. Segundo a autora, ha em contextos escolares caracterizados como violentos uma perceptível falta de organização do trabalho pedagógico, que somado ao estado confusional já descrito, prejudica consideravelmente o processo ensino-aprendizagem especialmente na rede pública.

Além do trabalho de diagnóstico sobre as violências que se pratica na escola, a questão primordial é a formação de uma equipe que se responsabilize por organizar e fortalecer as ações que serão pensadas para intervir nas práticas definidas como violentas. A este respeito, afirma Schilling (2008 p.14).

“Um ponto central neste fortalecimento, é a formação de um coletivo que pudesse, a partir de discussões e acontecimentos da escola e reunindo todos os segmentos envolvidos, orientar a prática dos professores e da equipe técnica. Estas escolas – que apresentavam queixas de violência – não tinham um projeto político-pedagógico real que pudesse criar coerência entre as ações dos professores- Estavam fragmentadas pela instabilidade do corpo docente e pela instabilidade da ocupação dos cargos de direção e coordenação pedagógica. Não possuíam laços com a localidade, estavam em situação de isolamento e conflito com pais e alunos.”

A constatação da autora é que há por trás das queixas sobre a violência no cotidiano escolar, questões organizacionais, estruturais, sociais e culturais.

Avançando nas discussões sobre em que medida a escola é afetada diretamente pelo índice de violência no ambiente escolar, tem-se a contribuição de Madeira (2008) que além de caracterizar a violência escolar em três categorias<sup>1</sup> chama a atenção sobre a necessidade de evidenciar como esses fatores acabam por dilatar

---

<sup>1</sup> : Acontecem em ambientes ou em espaços próximos as escolas; aparece como se fosse impulsionada por uma epidemia internacional de criminalidade entre adolescentes e; como resultado da “síndrome de violência escolar” por contágio via mídia.

enormemente os níveis reais de violência escolar, aprofundando e ampliando os conflitos entre os jovens e o corpo docente e administrativo das escolas, diminuindo a eficácia da escola e, no limite, levando o jovem a abandoná-la.

Vários foram os estudos que buscaram analisar o fenômeno da violência escolar, como a pesquisa realizada por Abramovay e outros (1999) pela UNESCO com os jovens de Curitiba em 1999; UNICEF com jovens de Brasília em 2002, entre outros.

Tais pesquisas, embora apresentem resultados não definitivos e às vezes fragmentários, balizam a percepção e comprovam que os anos 1990 sintetizaram um padrão da violência observada nas escolas públicas, partindo de atos de vandalismo para práticas de agressões interpessoais, envolvendo sobremaneira o público estudantil.

Agressões verbais e ameaças são as formas de violência mais frequentes, espalhando-se para cidades médias e menos industrializadas. Para combater este tipo de violência, o poder público instituiu medidas de segurança interna aos estabelecimentos, sem que houvesse resultados positivos em relação à sua diminuição.

Segundo Sposito (2001), com a disseminação de práticas violentas entre os alunos observou-se um interesse – ainda que incipiente – e uma certa mudança de foco nas pesquisas que passaram a priorizar a vitimização no ambiente escolar, destacando a investigação desenvolvida pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD, em escolas públicas da cidade de São Paulo.

Para surpresa de todos, os poucos diagnósticos realizados revelaram que as escolas em geral não viviam um quadro de “generalizada violência”, inclusive ressaltando raros casos de alunos que compareciam às aulas portando armas de fogo. Outra constatação da pesquisa foi a de que é reconhecida a presença cotidiana na escola de atos marcados por agressões verbais, embora na perspectiva da maioria de alunos e até dos pais, violência implica necessariamente a coação e a agressão física.

Ainda segundo Sposito (2001), há unidades territoriais conflituosas que circunvizinham as escolas, levando a rivalidade entre grupos juvenis e as brigas

entre alunos provocadas por estas disputas a afetarem a execução do projeto educativo da escola, sendo que na maioria das vezes os responsáveis pela gestão e condução pedagógica da escola apresentam dificuldades em lidar com a questão.

Retomando Schilling (2008), na literatura sobre violência no ambiente escolar geralmente informa sobre violência contra a escola, definindo-a como:

“... a praticada geralmente por ex-alunos ou alunos que se socializam contra a escola, por não encontrarem nela nenhuma utilidade, por não se identificarem com o ambiente ou a cultura escolar e não perceberem nenhuma paixão ou interesse pelo que lá acontece” (SCHILLING, 2008, p.17).

A autora expande o conceito de violência contra escola, apontando o descaso dos governantes ou gestores quando abandonam os prédios escolares, desviam verbas, quando há baixa remuneração dos professores e desvalorização do profissional docente, número excessivo de alunos por sala e os imprevistos e mudanças constantes nas propostas educacionais, gerando insegurança e confusão.

Contribuindo com este ponto de vista, temos a concepção de Faleiros (2008, p.32), para quem este tipo de violência é chamado de “violência estrutural” caracterizada em nosso país pelas enormes desigualdades econômicas, sociais e historicamente classistas, adultocêntrico, machista e racista. Dadas a estas condições, a sociedade mostra-se extremamente violenta com crianças e adolescentes pobres, de acordo com o autor “trata-se de uma violência cumulativa e excludente”.

Retomando o estudo de Schilling (2008), a autora chama atenção também para a violência na casa, apontando que maus tratos, negligência, abuso sexual, assim como disputas que refletem a violência da localidade incidem sobre o cotidiano da escola, e que os padrões de vitimização detectados merecem atenção redobrada, necessitando a escola estabelecer conexões com a comunidade para que escola não crie um ambiente “pobre” para uma educação “pobre” destinada aos “pobres”.

Violência e pobreza não é uma unidade indissolúvel. A este respeito Madeira (1999) comenta que diante de circunstâncias que envolvem cenários de violência em

escolas de países desenvolvidos cabem menos espaço as teses de que apenas as diferenças sociais e níveis de pobreza sejam suficientes para explicar manifestações de violência. No entendimento da autora, os componentes inerentes à violência encontram cenário mais propício às suas manifestações onde a pobreza se traduz e há restrição permanente aos bens materiais, situação em que se encontra a grande parcela da população. “Entretanto, a violência mais ou menos agressiva, mais ou menos visível ou declarada tem se manifestado em todas as instâncias do tecido social, não observando classes sociais, riqueza ou pobreza.” (MADEIRA,1999 p.32)

O abandono da escola é especialmente danoso aos jovens das classes trabalhadoras, uma vez que escola tornou-se um espaço de apropriação do conhecimento científico e, segundo Vigotsky (2001), o objetivo da educação escolar é, dentro de uma concepção rigorosa, planejar e intervir no desenvolvimento natural do ser humano. Ainda segundo a visão vigotskyniana, a agressividade é uma construção social. A subjetividade e a individualidade são configuradas pelas relações sociais de trabalho. Isto quer dizer que o desenvolvimento de funções psíquicas superiores como a consciência e a individualidade se consolida de forma contínua na relação com o outro indivíduo (LEONTIEV, 1959).

Ao abandonar a escola seja por não ver na escola oportunidade para ascensão e mobilidade social ou por relações explícitas ou implícitas com a violência o jovem perde um importante espaço de convivência e sociabilidade, a única instituição que permite que se sonhe com uma vida melhor.

Existe uma heterogeneidade de práticas relatadas como práticas violentas no ambiente escolar, causas diversas, internas e externas, portanto, é necessário desencadear um trabalho de diagnóstico, buscando exatamente precisar quais são estas práticas, para sabermos como a escola através do sua gestão administrativa/pedagógica e dos professores possa enfrentá-la.

É necessário, sobretudo haver uma precisão em descrever que tipo de violência permeia o cotidiano escolar, respondendo questões como: qual o entendimento que há por parte dos educadores sobre o que é violência? Quais são as práticas definidas como violentas? Quem as pratica? Contra quem? Quais as atitudes tomadas diante da manifestação de atos violentos? Quais os papéis assumidos pela

equipe da escola (diretores, professores pedagogos, professores, funcionários e pais) em contextos violentos? A violência é escolar ou extra-escolar?

São questões fundamentais para formar um conjunto de conhecimentos sobre o tema e quais programas e projetos poderão ser desenvolvidos buscando entender o fenômeno da violência, bem como mecanismos de enfrentamento, tendo como ponto de partida a organização do trabalho pedagógico e a consequente valorização do espaço escolar.

No entendimento de Schilling (2008) é necessário que se crie conexões para reverter à ideia e o sentimento de trabalharmos/estudar em uma escola desvalorizada, construindo pontos e convergências internas e externas que possam auxiliar. “Essas conexões, porém, são possíveis, a partir da descoberta da potência da instituição, da determinação – coletiva e democrática – do seu eixo de mudança e trabalho.” (2008, p.18)

## A PESQUISA NUM CONTEXTO DETERMINADO

Para corroborar os dados apresentados pelos autores citados e reafirmar a necessidade da escola rever sua função e, sobretudo, definir o que se pensa sobre a violência, pesquisou-se sobre aspectos relacionados à violência escolar junto a um grupo de professores da rede estadual do município de Campo Mourão, centro-oeste do Estado do Paraná. O município de 87 mil habitantes tem chamado a atenção nos últimos anos, notadamente pelo número de adolescentes mortos. O trabalho de Rodrigues e Teruya (2008), intitulado “Conflitos étnicos no cinema: reflexos na instituição escolar”<sup>2</sup> é bem ilustrativo da problemática enfrentada esclarecendo que de acordo com o Cartório Chefe da 16ª Subdivisão Policial na cidade de Campo Mourão, os homicídios de jovens de 16 e 24 anos, no ano de 2006 foi de 26 mortes, mais de 02 ao mês; e no ano de 2007, somou mais 15 mortes.

---

<sup>2</sup> Pesquisa publicada nos anais do XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: trajetórias e processos de ensinar e aprender: lugares, memórias e culturas (recurso eletrônico). ENDIPE. P. Alegre: EDIPUCRS, 2008.



Apenas para corroborar os dados levantados pelas pesquisadoras, o Mapa da Violência 2011 – Os Jovens do Brasil, destaca o município de Campo Mourão como o 51º no país em taxa de homicídios entre os municípios com população jovem de mais de 10.000 pessoas, no período 2006/2008.

No Estado do Paraná de acordo com a pesquisa, Campo Mourão apresenta índice de homicídios inferiores apenas aos municípios de Foz de Iguaçu (15º) Piraquara (20º) Curitiba (33º) Almirante Tamandaré (41º). Aqui cabe explicitar que em relação ao Estado do Paraná, Campo Mourão ocupa posição superior no “ranking” de municípios que apresentam violência juvenil e contra jovens, a municípios com população significativamente maiores que a cidade como é o caso de Londrina, Maringá, Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa, Apucarana, apenas para citar as mais conhecidas.

Estes dados apenas evidenciaram a necessidade de se pesquisar e discutir violência juvenil e por consequência escolar em cidades de menor porte como Campo Mourão e sua região.

A pesquisa em forma de questionário estruturado foi realizada em julho de 2011 e junho de 2012 envolvendo um grupo de 37 educadores, sendo 07 do sexo masculino e 30 do sexo feminino, todos participantes do Programa de Desenvolvimento Educacional<sup>3</sup> da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Núcleo Regional de Campo Mourão.

Quanto ao perfil profissional todos são professores estatutários com média de 20,5 anos de trabalho na rede pública, compreendendo 28 professores-pedagogos (dentre os mesmos três diretores de estabelecimento de ensino) e, também, 03 professores de história, 03 de língua portuguesa, e 03 professores de matemática.

A escolha pela maioria do grupo pesquisado ser de Professores-pedagogos baseou-se na compreensão de que no cotidiano escolar são os profissionais que primeiro

---

<sup>3</sup> Programa de Desenvolvimento Educacional, PDE é uma política educacional de formação continuada para os professores com duração de dois anos. No primeiro ano, os professores se dedicam exclusivamente aos trabalhos acadêmicos. No segundo, eles ficam afastados em 25% da carga horária de suas atividades. Foi sancionada em 2010 pela Lei Complementar 130/2010.

interagem com situações de conflito e violência no ambiente escolar. Quanto às escolas das quais procederam tais profissionais, são majoritariamente de médio porte, localizadas na zona urbana.

## VIOLÊNCIA & INDISCIPLINA

Uma das primeiras questões levantadas foi sobre a tipificação e percepção que há sobre as formas de violência enfrentada nas escolas, sendo que 80% dos entrevistados declararam não conceber “indisciplina” como uma forma de violência.

A compreensão dos pesquisados de que violência escolar e indisciplina são processos diferenciados é extremamente importante, pois indicam que, a priori eles têm a percepção de que “violência escolar e indisciplina não são sinônimos apesar de acontecerem em vários momentos e contextos escolares, podem estar articulados e interrelacionados” (ALMEIDA, 2008,p.60).

Como aspecto presente e inerente à cotidianidade escolar, a indisciplina, segundo o autor deve ser tratado a partir da própria organização escolar e que não há uma relação direta entre violência escolar e fatores como a perda da autoridade docente, pois a violência escolar é um processo mais abrangente que se comunica permanentemente com a realidade social mais ampla:

“É nas relações sociais que se pode considerar a origem da violência, e, é a partir dessas relações, reproduzida no interior da escola que esse processo se constitui determinante. Tomando ainda a escola como espaço social e de contradições, a violência se caracteriza como uma forma de recusa do próprio espaço escolar, evidenciando-se também certa resistência em compreender a escola como um espaço para a superação dessas contradições” (ALMEIDA, 2008, p.62).

Cada vez mais a complexa questão da violência na escola se imbrica com questões amplas, exigindo por parte de pesquisadores e, sobretudo educadores, um olhar mais atento às questões que extrapolam o olhar reducionista que julga apenas o contexto da escola.

Cada vez mais se faz necessário dimensionar o impacto que atitudes ou circunstâncias violentas no interior da escola repercutem na escola, afetando diretamente o modo como se realiza o processo ensino-aprendizagem.

## A VIOLÊNCIA NOSSA DE CADA DIA

Quando perguntados se há registros de violência física nas escolas, 90% responderam afirmativamente e que a maioria significativa de ocorrências envolve confrontos entre os próprios alunos (70%), seguidos de eventos entre professores e alunos (20%) e entre alunos e pessoas da comunidade (10%).

Ainda que não haja uma ampla pesquisa sobre o assunto e por consequência dados obtidos por métodos que validem quaisquer generalizações, é fato que a noção de violência no contexto escolar parte do confronto num primeiro momento verificado entre os próprios alunos, seres em transformação que necessitam da escola o espaço para superação das contradições vividas na sociedade, os quais na maioria das vezes não percebem se a escola que frequenta não o instrumentaliza para tal leitura.

“Pensar a violência na escola requer compreender o papel da escola na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que considerar que a violência como um processo social compromete o desenvolvimento do trabalho pedagógico e a prática docente e discente” (ALMEIDA, 2008,p.65)

Tal afirmação apenas evidencia a necessidade da escola repensar sua atuação na sociedade e o papel que exerce junto aos estudantes.

## IMPUNIDADE & INIMPUTABILIDADE

Sobre a frequência com que ocorrem tais atos no cotidiano escolar, 80% afirmam que ela acontece “esporadicamente”, e que os 20% consideram que a violência ocorre porque não há uma forma efetiva de punição. Neste aspecto fica evidente o

que Paula (2008) citando a pesquisa da ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Criança-2001) tratou como “Mito da Impunidade” ao referir-se ao desconhecimento e à completa desconsideração por parte de professores e da sociedade em geral do sistema sócio educativo preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), confundindo “impunidade” com “inimputabilidade<sup>4</sup>” para justificar a busca de apoio ou penalização junto aos Conselhos Tutelares, de acordo com a pesquisa em questão.

O sistema sócio-educativo do ECA apresenta uma variedade de recursos para lidar com o que se pode considerar como comportamento inadequado ou violento dos jovens, oferecendo uma escala de sanções que vão desde sanções de cunho meramente educativo e até a privação de liberdade, sistema incompreendido e muitas vezes não aceito pelo adulto que no seu imaginário acredita que penas severas resultam em educação e obediência.

Outro raciocínio que se pode depreender de tais fatos é que infelizmente causa estranheza o fato crianças e adolescentes terem se tornado sujeitos de direitos a partir da concepção do Estatuto da Criança e Adolescente, o que explica as muitas reações contrárias e até mesmo nocivas aos princípios do Estatuto.

Perguntados sobre a quem recorrem em situações de violência física, a maioria (70%) respondeu a Família, seguidos da Patrulha Escolar (20%) e os demais dividem-se entre a Delegacia de Polícia (6%) e por último Conselho Tutelar (4%).

Aspecto que pode ser considerado bastante positivo é o fato da família ser a primeira acionada em casos de tentativa de resolução de conflitos, numa clara demonstração de que contra conceitos ou preconceitos existentes de que há um descompromisso da família e não há relações vinculares entre os seus membros, a escola aposta nela como instituição fundamental para a construção e conquista da autonomia ética e moral.

## VIOLÊNCIA SIMBOLICA: A INFERIORIZAÇÃO DO OUTRO.

---

<sup>4</sup> De acordo com o Dicionário Wikipédia: Aquele que por anomalia psíquica, retardo mental não pode responder por si judicialmente. São também considerados inimputáveis nos termos da lei os menores de 18.

Quanto a tipificação da forma de violência que costuma ser verificada na escola pelos entrevistados, 75% classificaram a mais comum a “psicológica/simbólica”, cabendo a violência física o percentual de 25%.

Violência simbólica para Faleiros (2008, p.32) é um conceito criado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu segundo o qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. Juntamente com o também sociólogo francês Claude Passeron, conceberam que a cultura, ou o sistema simbólico são arbitrários, uma vez que não se assentam na realidade, mas em mitos e preconceitos, dados como naturais, sendo exemplos destes equívocos como : a mulher é mais fraca que o homem, negros são menos inteligentes do que os brancos, homossexualidade é doença, pobres são invariavelmente preguiçosos, todo adolescente é naturalmente revoltado e ou, porque não, violento.

Ainda segundo o autor, outra possível definição é a de que se trata do estabelecimento de regras, crenças e valores que “obrigam o outro a consentir”, pela dominação, obediência ou servidão.

Traduzindo tais conceitos para o cotidiano escolar, é possível fazer conexões com o “Bullying”<sup>5</sup>, prática bastante comum nas escolas e que tem despertado o interesse cada vez maior de educadores e pesquisadores dado ao potencial que o mesmo tem em desencadear atos violentos no interior das escolas.

## VIOLÊNCIA E ABANDONO DA ESCOLA

Os entrevistados demonstraram diferentes tipos de percepção quando perguntados se os atos de violência interferem no cotidiano escolar, sendo que 30% manifestaram que os atos interferem “razoavelmente” no dia-a-dia da escola, 30% disseram que “pouco” e 20% apontaram que a violência interfere “muito” no cotidiano da escola.

---

<sup>5</sup> De acordo com o Psiquiatra Aramis Lopes Neto, coordenador do programa de Bullying da Associação Brasileira de Pais, Infância e Adolescência, o termo compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotada por um ou mais estudantes contra aluno (s) causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder, tornando possível a intimidação da vítima.

A constatação de que quase metade dos entrevistados manifestou-se no sentido de que atos violentos - ou considerados violentos - repercutem “razoavelmente e muito” no cotidiano escolar ou num entendimento mais amplo sobre a atividade pedagógica - que estritamente significa a especificidade da escola – é extremamente importante, naquilo que Madeira (2008 p.33) considerou como o desdobramento mais nocivo que é a “diminuição da eficácia da escola e, no limite, levando o jovem a abandoná-la”.

Ainda a respeito do abandono cotidianamente argumentado como evasão motivada pela necessidade do aluno das classes populares inserir-se no mundo do trabalho, a autora é bastante incisiva quando afirma:

“Ao contrário do que dizem (e como estamos afirmando há 15 anos), é a desilusão com a escola que mais frequentemente leva o jovem a abandoná-la pelo trabalho e não o inverso. Afinal, quem não ouviu ainda pais entristecidos afirmarem: este aí foi trabalhar porque não tem cabeça para o estudo” (MADEIRA, 2008,p..45)

Tomando por base dados e depoimentos da pesquisa realizada pelo Cenpec em 1997, intitulado “Jovens, subjetividade, saber e socialização” Madeira (2008, p. 45) destaca que o trabalho traz considerações preocupantes sobre o cotidiano escolar e as relações que se desenvolvem entre a escola e alunos, desconstruindo a falsa ideia de que os alunos abandonam a escola pela necessidade de garantir sua subsistência pelo trabalho, conforme se pode concluir:

“Na verdade, um dos pontos que pretendíamos sinalizar (...) é o fato de que não é tanto a necessidade de trabalhar que leva os jovens a abandonar a escola. O que realmente os afasta da escola é o fato de que ela é o espaço de indiferença, passividade e, sobretudo, um espaço ao qual eles sentem que não pertencem. Poderíamos dizer que é a escola que abandona o jovem, e não o inverso (CENPEC, 1998<sup>a</sup> p. 39)”

Ao se tornar um espaço de pouca criatividade, de pouca participação e principalmente de pouco significado para o aluno trabalhador, ele opta por abandoná-la por não encontrar um “por quê?”, um real sentido para a continuidade num lugar que pouco o acolhe e por vezes, o discrimina.

A escola não cumpre as aspirações dos jovens como espaço de pertencimento e como possibilidade de ascensão social. Ao abandonar a escola ou ser abandonado por ela, o jovem fica vulnerável a uma sorte de coisas e, sobretudo, à violência.

## O QUE ORIGINA A VIOLÊNCIA?

Quando indagados sobre os motivos que “geram” violência na escola em uma questão de escolhas em ordem de importância, numeradas de 01 a 10 o primeiro fator apontado foi a “falta de limites da família”, seguidos na ordem pela “ influência da mídia”, “sensação de impunidade”, “aulas monótonas”, “uso de drogas”, “ falta de religião”, “grupos de amigos”, “falta de policiamento”, “pobreza & desemprego” e por último a “falta de pulso da direção”.

Vários são os autores que tratam da violência e suas diferentes facetas, dentre elas a violência estrutural, simbólica e a institucional<sup>6</sup> mas há uma forma mais sutil de violência que é a negligência e abandono que se constitui em uma forma de negação da existência do ser. Este tipo de violência pode ser observado quando a criança vive em uma determinada família e é “abandonada” de cuidados.

Percebe-se na resposta dos pesquisados que o principal fato causador de violência é a falta de limites imposta pela família, caracterizando-se como uma forma de negligência e abandono.

A negligência é um primeiro estágio e pode-se dizer que de acordo com o que defende Faleiros (2008, p.34) “como o fio da meada das diferentes formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes, o que acarreta, num futuro não muito distante, mais situações de violência”, entre elas a observada nas escolas. Segundo as autoras, quando são protegidas, cuidadas, amadas e respeitadas, as

---

<sup>6</sup> Violência Estrutural é conceituada por Minayo (1993 p.7-18) como a que se caracteriza pela “ atuação das classes , grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes que se utilizam de leis e instituições para manter sua condição de privilégio como se isso fosse um direito natural”; Violência Simbólica (já caracterizada anteriormente com base em Bordieu e Passeron); Violência institucional, que se caracteriza como a falta de cuidados de quem deveria proteger os direitos das crianças e adolescentes relacionadas à condição física, psicológica e/ou sexual), associadas às condições específicas dos locais onde ocorre, como instituições de saúde, abrigos e escolas.

crianças dificilmente serão expostas a alguma forma de violência, e por consequência causadores de violência.

Relacionados às formas de enfrentamento da violência, 75% dos entrevistados disseram não haver em suas escolas projeto ou evento específico que instrumentalize ou fortaleça o coletivo de professores para dar conta da violência, percebendo-se que apesar da evidente necessidade de enfrentamento, nesta como em outras situações do dia a dia da escola, a ação desordenada e o imprevisto do imediatismo são as formas assumidas. Fica aqui mais uma vez evidenciada o quanto a falta de organização e coordenação do trabalho pedagógico pode influir neste processo.

## VIOLÊNCIA: UM PROCESSO, MULTIPLAS DETERMINAÇÕES.

Para entender a questão da violência é necessário identificá-la como um processo sociológico e, sobretudo histórico. Suas muitas faces, suas origens e desdobramentos podem ser explicados e explicitados pelo movimento da sociedade e em seu desenvolvimento histórico. Como fenômeno intrincado e multifacetado não é possível explicá-la por um único viés.

Ao posicionarem-se sobre os motivos que “geram” violência, os professores escolheram o caminho consideravelmente mais obvio e geral, pois considerar a família como primeira responsável por não educar seus filhos de forma conveniente a evitar a agressividade ou condutas violentas significa simplificar a discussão utilizando-se de um reducionismo que pouco contribui para a resolução do problema.

Cabe aqui, apenas para lançar luzes sobre a discussão as afirmações de Conceição e Oliveira (2010), que relatam as representações sociais verificadas por ocasião da formulação das orientações jurídicas na política de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil nas décadas de 70 e 80, que expressam distorções e preconceitos no sentido de classificar os filhos das classes populares como “delinquentes em potencial”, ao desqualificar as famílias em sua função de educar



seus rebentos, desconsiderando o importante papel da sociedade na promoção de condições para o desenvolvimento da infância e juventude.

Outra ponderação do grupo analisado é o indicativo de que o fator “uso de drogas” ser apontado como o 5º em ordem de importância entre os que podem gerar violência na escola, o que configura a necessidade de uma análise crítica sobre a influência do consumo de drogas nos atos violentos praticados por jovens, uma vez que os dados objetivos – alguns indicados no presente trabalho - revelam que a maioria das mortes de jovens, tem a influência direta do uso/abuso/tráfico de drogas, entre jovens de 14 e 25 anos. O senso comum é de que o efeito das drogas tem efeito imediato sobre o comportamento dos jovens, sobretudo no aspecto da violência. Dados sobre a criminalidade juvenil também apontam o fator drogas como o principal aspecto motivador.

A constatação que se depreende a partir de tal dado é que o grau de violência provocado pelo uso/abuso de drogas na sociedade não é o mesmo verificado no ambiente escolar, fato bastante positivo se considerarmos o número de jovens de diferentes realidades e classes sociais que frequentam a escola. Cabe aqui, ponderar sobre a preocupação manifestada por Mendonça (apud MEDRADO, 2008, p.250), que enfatiza:

“Considerando que o tráfico e a utilização de drogas constituem graves manifestações de violência em nosso meio, reafirmamos a necessidade do desenvolvimento de estudo nas instituições escolares, buscando caracterizar o uso de drogas estimulantes e alucinógenas entre os alunos da rede estadual e municipal de ensino, verificando se de fato o consumo destas podem gerar a violência e ainda caracterizá-las como violência concreta ou simbólica.”

A afirmação da autora reafirma a necessidade de se realizar investigações, pautadas por metodologias eficientes para dar conta de responder a esta e tantas outras indagações que perturbam o cotidiano escolar e que certamente tem repercussão no processo de ensino aprendizagem.

## SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.

Retomando as constatações de Schilling (2008) de que por trás das ações de violência nas escolas existe um estado confusional sobre os papéis existentes além de questões organizacionais, estruturais, sociais e culturais, é primordial reafirmar a importância que assume a organização do trabalho pedagógico, definida por autores como Saviani (1999), Libâneo (1988 e 2001 ) Luchesi (1982) como especificidade do pedagogo em articulação com os demais segmentos da escola. Para estes autores a organização do trabalho pedagógico sempre é secundarizada devido ao acúmulo de trabalhos e atividades hoje existentes nas escolas.

Defendem também a necessidade de afirmação do pedagogo enquanto intelectual transformador que contribui no processo de organização coletiva do trabalho escolar e, sobretudo na formação humana como forma de superar a lógica hegemônica de que alguns pensam e outros executam, para que a educação não se converta “num fator de marginalização já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é produção da marginalizada cultura e, especificamente, escolar” (SAVIANI, 1999, p.5).

Par e passo com a tomada de consciência pela retomada do papel da organização do trabalho pedagógico por parte do pedagogo é a essencial que a escola tenha clareza quanto a sua função, partindo do pressuposto de que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” Saviani (2008, p.13) e a escola tem como função a de “propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”, saberes e conteúdos que uma vez aprendidos sobretudo pelos jovens das classes populares possam ser instrumentos de mudanças sociais.

Ao efetivar uma prática pedagógica que promova a interação entre o conteúdo e a realidade concreta desencadeará a transformação da sociedade através da ação-

compreensão-ação do educando, que enfoca nos conteúdos, como produção histórico-social de todos os homens.

Para Saviani (1999)

[...] trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento de ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se e no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes "(SAVIANI, 1999, p.42).

A defesa de Saviani é de que a escola se sobreponha aos papéis que lhe tem sido conferidos pela sociedade moderna como promover assistência social, de repassar conteúdos, desenvolver valores e atitudes desejáveis pela sociedade, de preparação para o mundo do trabalho através de treinamento, fazeres que tenha legitimado a exclusão dos sujeitos da sociedade, pois atribui a eles próprios a responsabilidade pela mesma, sustentando o mito de que a escola é a salvação para todas as mazelas sociais, conforme apregoam inclusive os documentos oficiais do Ministério da Educação e da Cultura do Brasil e de organismos internacionais de educação que financiam a educação brasileira.

No mesmo sentido, mas ampliando o debate para as formas de violência presentes na sociedade brasileira atual, Albuquerque (2008, p.12) afirma que “numa sociedade desigual como a nossa, a violência não é acidental, nem passageira”, asseverando que a desigualdade é antagônica a uma sociedade democrática que possa construir valores de paz e solidariedade.

Para a autora, os privilégios e a desigualdade são valores que as políticas do capital neoliberal busca perpetuar, através dos meios de comunicação e da desarticulação da escola local em que se fortaleça a democracia e se constitua em um campo de lutas para emancipação das camadas populares, vulneráveis ao desemprego, à exclusão e à violência, sobretudo os jovens.

A defesa da autora vem ao encontro do que diz Marx, na Contribuição para Crítica da Economia Política ao afirmar que devemos “eliminar todas as condições no seio das quais o homem é um ser diminuído, submetido, abandonado, desprezado” .

Ao construirmos uma escola e uma educação sobre estes princípios, contribuiremos efetivamente para produzir valores democráticos que instituem direitos em lugar de privilégios e que valorizem a vida, a justiça e então, a Paz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALBUQUERQUE, J. A função social da escola, a criminalização da pobreza e a cultura do medo.** 30 de Agosto Especial. Edição Pedagógica 2008. App-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná, Curitiba, 2008.

**ALMEIDA, J.L.F. “Violência Escolar e a relação com o conhecimento e a prática docente”.** Caderno Temático Desafios Educacionais Contemporâneos, SEED. Curitiba, 2008.

**BORDIEU, Pierre. “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”.** In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A (Orgs). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 2003.

**CHAUÍ, Marilena. Contra a Violência.** (palestra proferida na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da USP, dia 3 de Dezembro de 2007), no ciclo de debates “Ações Afirmativas: Estratégias pra Ampliar a Democracia”, promovido pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, chefiada pela Ministra Matilde Ribeiro e divulgada, com permissão da autora, no “Blog” de Paulo Henrique Amorin, “Conversa Afiada”.

**DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação,** Petrópolis, Ed. Vozes, 1993.

**ESCOLA QUE PROTEGE: Enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes/** Vicente de Paula **Faleiros**, Eva Silveira **Faleiros**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008 , 2ª edição.

**FERREIRA, Naura S.C. (Org.) A gestão da educação na sociedade mundializada: por uma nova cidadania.** Rio de Janeiro. Ed. DP&A, 2003.

**LIBANEO, J.C. Pedagogia e Pedagogos , para quê ?** São Paulo, Ed. Cortez. 1988.

\_\_\_\_\_. **Organização e Gestão da Escola.** 5ª ed. Goiânia, Ed. Alternativa. 2001.

**LUCHESI, C. Equívocos Teóricos na Prática Educativa,** Rio de Janeiro, Ed. ABT, 1982.

**MARX, K. Uma contribuição para a crítica da economia política. 1859.**

**MACHADO, C.S. “A inter-relação das drogas com a violência nas escolas”.** In MEDRADO, Helio I.P ( et al ). **Violência nas Escolas.** Sorocaba – SP Editora Minelli, 2008.

**MENDONÇA, K.M.L. Por novas relações na esfera pública: ética e não violência.** in BARP, V.J e BRITO D.C.( Org) **Violência e controle social: reflexões sobre práticas de segurança pública.** Belém. NUMA/UFPA, 2005.

**PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação,** Superintendência da Educação, Diretorias de Políticas e Programas Educacionais, Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos, **Enfrentamento á violência. Cadernos Temáticos Desafios Educacionais Contemporâneos,** Curitiba, 2008. 93p.

**PAULA, Carlos. A. A violência na Escola.** Caderno Temático Desafios Educacionais Contemporâneos, SEED. Curitiba, 2008.

**SAVIANI, D. Escola e Democracia.** 32. ed. Campinas - SP: Ed. Autores Associados, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-crítica.** 10ª Ed. Campinas – SP, Ed. Autores Associados. 2008.

**SCHILING, Flavia. Sociedade da insegurança e violência na escola.** S.Paulo. Ed. Moderna, 2005

**SENAD. Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias,** 3. Ed. Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.